

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

“Não há garantias”: quando a segurança se restringe aos laços de confiança

Juliana Kiyomura Moreno

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17644>

Submetido em: 2026-08-27

Postado em: 2026-08-31 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Francirosy Campos Barbosa (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0064-5995>)
- Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9511-5542>)
- Ricardo Mariano (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8916-1542>)

“NÃO HÁ GARANTIAS”: QUANDO A SEGURANÇA SE RESTRINGE AOS LAÇOS DE CONFIANÇA

JULIANA KIYOMURA MORENO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1804-782X>

<julikiyo@gmail.com>

Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar, a partir da pesquisa comparada realizada entre refugiados e migrantes forçados sírios e sírias, de fevereiro a julho de 2020, em Paris (França), e agosto a outubro do mesmo ano, em São Paulo (Brasil), como o cenário de incertezas trazido pela pandemia do Covid-19 desestabilizou as relações político-sociais correntes impactando, por um lado, as economias e mercados globais caracterizados pela interdependência de suas cadeias produtivas. Por outro, a busca pela responsabilização recaindo sobretudo em populações minoritárias, aprofundando ainda mais a desigualdade trazida pela difusão de falsas ou duvidosas notícias como aparato de sustentação de um pânico moral (Hirst; Maciel, 2022) ancorados à figura do inimigo imaginário, como exposto em discursos dos presidentes Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, transmitidos em rede nacional.

Neste contexto, a convenção metodológica do que é(ra) considerado estabelecido pela sociologia reposiciona as regras do jogo ao impor dilemas pouco aceitos como soluções, até então. Dentre eles a aplicação da mediação das tecnologias de comunicação, TICs, (Diminescu; Nicolosi, 2019) no âmbito da interseccionalidade como lente analítica ao longo do ciclo migratório e expressão do prolongamento das desigualdades no acesso às territorialidades, sejam elas físicas como igualmente digitais. Da mesma forma que aprofundou o amálgama dos (re)arranjos encontrados pelos atores, considerados periféricos, para (re)compor seus eixos de articulação (Merino, 2020; Telles, 2020) durante a obrigatoriedade pelo Estado - mandatária ou aconselhada - de um isolamento social que sugeria a imobilidade de seus corpos. Mas não de suas obrigações.

Palavras-chave: covid-19, pesquisa comparada, precariedade, deslocamentos forçados, territorialidades.

“THERE ARE NO GUARANTEES”: WHEN SECURITY IS RESTRICTED TO BONDS OF TRUST

ABSTRACT: This article aims to present, based on comparative research conducted from February to July 2020 in Paris (France), and from August to October of the same year in São Paulo (Brazil) among Syrian refugees and forced migrants, how the uncertainty brought about the COVID-19 pandemic has destabilized current political and social relations, impacting global economies and markets characterized by the interdependence of their supply chains. And, the push for accountability falls primarily on minority populations, further deepening the inequality caused by the spread of false or dubious news as a mechanism for fueling moral panic (Hirst; Maciel, 2022) anchored to the figure

of the imaginary enemy, as expressed in speeches by Presidents Jair Bolsonaro and Emmanuel Macron, broadcast on national television.

In this context, the methodological convention of what is (or was) considered established by sociology redefines the rules of the game by imposing dilemmas that had not been widely accepted as solutions until then. Among these is the application of information and communication technologies (ICTs) (Diminescu; Nicolosi, 2019) within the framework of intersectionality as an analytical lens throughout the migration cycle and as an expression of the persistence of inequalities in access to territories, whether physical or digital. In the same way that it delved deeper into the amalgam of (re)arrangements devised by the actors to (re)establish their axes of articulation (Merino, 2020; Telles, 2020) during the state-imposed—whether mandated or recommended—social isolation that suggested the immobility of their bodies, but not of their obligations.

Keywords: COVID-19, comparative research, precariousness, forced displacement, territorialities.

INTRODUÇÃO

No princípio, era um surto. Passou a ser uma epidemia. Até que, em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), veio a público, em uma coletiva de imprensa, em Genebra (Suíça), anunciar a caracterização formal da doença como uma pandemia. A coletiva era transmitida ao vivo, pela internet e em cadeia mundial televisiva: “Atualmente, existem mais de 118 mil casos, em 114 países, e 4,2 mil pessoas perderam a vida. Outras milhares estão lutando por suas vidas em hospitais. Nos próximos dias e semanas, esperamos ver o número de casos, o número de mortes e o número de países afetados aumentar ainda mais”, declarava o representante da OMS¹.

No entanto, esta realidade não seria enfrentada apenas pelos “próximos dias e semanas”, mas se perpetuaria ao longo de três anos e somente em 10 de março de 2023 o coronavírus seria declarado como doença de risco controlado. Deixando o caráter de estado de emergência em saúde pública de importância internacional a partir da adoção de medidas sanitárias e, mais fortemente, após a distribuição e campanhas de vacinação universal, como foi lembrado durante o comunicado coletivo, via OMS e demais organismos internacionais de saúde pública.

De acordo com o mapa que foi sendo atualizado diariamente pela universidade norte-americana Johns Hopkins, até 10 março de 2023 havia o registro de 676.609.955 (seiscentos e setenta e seis milhões, seiscentos e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco) casos confirmados, 6.881.955

¹ OMS afirma que covid-19 é agora caracterizada como pandemia. Disponível em OPAS Brasil: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> Acessado em: 30 março 2026.

(seis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco) mortos em todo o mundo e 13.338.833.198 (treze bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, cento e noventa e oito mil) doses administradas, sendo que cada pessoa recebeu pelo menos uma dose da vacina, lembrando que a população mundial está próxima de 8 bilhões.

A mudança gradativa das classificações da OMS, de surto para epidemia e pandemia, impactou também a escalada de discursos bélicos em seu entorno, aumentando a frequência e retorno do uso de uma perspectiva do nacionalismo metodológico (GLICK-SCHILLER; WIMMER, 2002) por parte de chefes de Estado justificando medidas como o recrudescimento no controle e fechamento temporário das fronteiras nacionais, além da suspensão de direitos constitucionais fundamentais, como a livre circulação dentro das próprias cidades, em nome do “bem da nação” (MOUZINHO e FREIRE, 2020, p.3, 2020).

A partir deste contexto, este artigo busca ampliar o debate com duas contribuições principais, divididas igualmente em duas sessões. A primeira, centrada em como a variante do coronavírus (SARS-CoV-2) foi absorvida pelos discursos de chefes de Estado para a sustentação de um pânico moral (HIRST; MACIEL, 2022). E a segunda esmiuçando as estratégias encontradas pelos atores para (re)compor seus eixos de articulação e sociabilidade diante de ambientes de precariedade e baixa participação do Estado (MERINO, 2020; TELLES, 2020).

Quanto à metodologia usada, esta pesquisa parte de uma comparação, *in loco*, realizada em Paris (França) entre fevereiro e julho de 2020 e agosto a outubro do mesmo ano, em São Paulo (Brasil) com refugiados e migrantes forçados sírios e sírias deslocados entre os anos de 2012 e começo de 2020. Se no início tínhamos acesso às ruas e aos ambientes externos para a realização da pesquisa de campo, a partir das regras impostas de fechamento das fronteiras e isolamento social, coube a adaptação, também por parte da pesquisadora, amparar-se ao uso das tecnologias de comunicação, TICs, (DIMIINESCU; NICOLSI, 2019) como estratégia para a manutenção e continuidade do desenvolvimento da pesquisa. Não como fonte majoritária de investigação, como seria o caso em análises de redes sociais digitais em ambientes virtuais, contudo no âmbito da interseccionalidade como lente analítica ao longo do ciclo migratório e expressão do prolongamento das desigualdades no acesso às territorialidades, sejam elas físicas como igualmente digitais.

I. ESTAMOS EM GUERRA: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO PÂNICO MORAL

Ao espalhar-se como sendo uma ameaça epidemiológica global, a “crise do coronavírus” passou a (temporariamente) encobrir outras. Estas, sim, mais longas e sem prazo determinado para curá-las: das inequidades e restrição ao acesso às políticas sociais, às expulsões forçadas em prol de um processo de gentrificação (CHARBEL, 2019; SASSEN, 2014) e aumento na cobrança do preço das habitações alugadas, ao retorno da hostilidade regredindo os avanços das leis migratórias conseguidas em anos anteriores, como foi no caso do Brasil, por exemplo (OBMIGRA, 2023).

Para Didier Fassin, a linguagem das crises se “transformou no modo hegemônico de descrição das sociedades contemporâneas” (FASSIN, 2020, p. 1). Neste sentido, Fassin elenca vários tipos de crise: da migratória ao doping nos esportes. Por outro lado, com a pandemia mundial trazida pela covid-19, essa “linguagem de crise” corporificou essas situações de anomia levadas à condição de trivialização e a um estado crítico permanente.

raramente essa linguagem é questionada. De fato, pode parecer fútil fazê-lo quando as coisas parecem tão evidentes. Todos compreendem o que é uma crise e reconhecem que vivemos tempos críticos. No entanto, não haveria um risco conceitual e mesmo político nessa trivialização e essencialização das crises? Se todos os problemas e tensões forem nomeados de crise, isso significa que um estado crítico permanente paradoxalmente se tornou o novo normal? E já que a designação de dada situação como crise pede medidas emergenciais, tais respostas não legitimariam um estado de exceção quase permanente? (FASSIN, 2020, p. 2)

Estas questões legitimamente apontadas por Fassin nos levam a pensar no próprio termo “crise dos refugiados”, o qual Valluy (2009) esmiuça e alerta para a necessidade de reenquadrar e colocar à luz uma perspectiva muito mais problemática: a questão da crise nas políticas públicas voltadas ao acolhimento de migrantes e de refugiados que vinha se desenvolvendo desde os anos de 1990, no caso da França, e levando a cabo a prerrogativa de Didier Fassin de que “não se deve deixar uma crise sem crítica” (FASSIN, 2020, p. 2).

Se, por um lado, a epidemia global gerada pela covid-19 trouxe uma problemática comum a ser enfrentada, por outro, mobilizou também um discurso bélico apropriado por diferentes chefes de Estado.

Estamos em guerra, todas as ações do governo e do parlamento devem, a partir de agora, estar voltadas para o combate à epidemia. Dia e noite, nada deve nos distrair disso. É por isso que decidi que todas as reformas em andamento serão suspensas, a começar pela reforma previdenciária. (...) As fronteiras do Espaço Schengen serão fechadas a partir de terça-feira por trinta dias. (...) Qualquer infração a essas regras será punida. (...) Vamos, individual e coletivamente, estar à altura deste momento. Sei, meus queridos compatriotas, que posso contar com vocês. Viva a República.” (Emmanuel Macron, discurso sobre o coronavírus, 16/03/2020, traduzido pela autora).

No caso da França, durante o discurso oficial², proferido em cadeia nacional, às 20 horas do dia 16 de março de 2020, a expressão “estamos em guerra” foi pronunciada seis vezes sem, contudo, nenhuma vez o termo “confinamento” ser claramente utilizado. Por outro lado, houve o uso das expressões: “Os deslocamentos (serão) fortemente reduzidos por pelo menos 15 dias, para limitar ao máximo os contatos” e “combater a propagação do coronavírus na França”. [Assim, não será mais possível] “encontrar os amigos ou ir ao parque”, e “deverão ser mantidos apenas os transportes absolutamente necessários”, (...) “para receber tratamento médico”, fazer compras ou ainda “ir ao trabalho quando o trabalho remoto não for possível” e para praticar um pouco de atividade física, mas sem se encontrar com pessoas próximas, explicou o chefe de Estado. (...) “Qualquer infração a essas regras será punida”.

Figura 1 – Emmanuel Macron, em seu discurso em cadeia nacional 16/03/2020)



Fonte: Le Monde, YouTube.

² “*Nous sommes en guerre*” : le discours intégral de Macron face au coronavirus, Le Parisien. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x7squ8n>. Acessado em: 30 março 2026.

Ao todo, o pronunciamento oficial foi acompanhado, em diferentes canais, por 30,8 milhões de telespectadores³, E o repertório discursivo de guerra e recurso semântico de coesão em múltiplas escalas acionados. Houve o apelo ao “esforço” individual e coletivo, assim como local, nacional, mas também perpassando uma esfera regional e global. Com isso, um modelo de ação social (GOFFMAN, 1985) passa a ser vinculado para articular uma representação em busca de continuidade de todos dentro de um grupo.

O presidente “manda” todos ficarem em casa, tem multa de 135 euros. Mas e a gente que não é francês? Não tem papel ainda? Como faz pra continuar a vida aqui sem ir até a organização? Eles [os governantes e a população francesa] têm medo de uma coisa que não veem (o vírus) mas a gente já viu bomba cair e sobrevivemos. (AHMED, entrevista em Paris, 21 de março de 2020)

A primeira entrevista com Ahmed, tinha sido em 10 de março, portanto antes da declaração oficial de confinamento obrigatório, na Associação Revivre. entidade fundada por membros da associação civil para regularização e acolhimento inicial de imigrantes e refugiados não-regularizados. Já a segunda entrevista fora realizada, via whatsapp, cinco dias após a declaração de obrigatoriedade do isolamento social em um perímetro superior a 3km para todos que não trabalhassem em serviços essenciais, sob risco de multa de 135 euros.

Esta dimensão indexicalizada (GARFINKEL, 2018), situada e convidando a estabelecer novos significados imagéticos à união coletiva em torno do combate a um vírus (“Salve vossa vida, fique em casa⁴”), seleciona quais aspectos comuns devam ser realçados para recorrer ao sentimento de pertença. Tal fato encontrou resistência ao passo que, no dia seguinte à declaração do chefe de Estado francês, as mídias tradicionais e alternativas expunham as contradições da seletividade desta união demandada pelo presidente: “Depois de belos discursos, a chegada da contraofensiva neoliberal⁵” (LIBÉRATION, 2020). Ou então, “Macron, nós estamos em guerra contra o seu mundo” (MEDIAPART, 2020), sendo um dos artigos destinados aos “sacrificados do coronavírus” e que se encontram excluídos da possibilidade de confinamento devido aos seus trabalhos, em grande parte,

³ Covid-19: Macron suivi par 30,8 million de téléspectateurs. Paris Match. Disponível em: [parismatch.com/Actu/Politique/Covid-19-Macron-suivi-par-30-8-millions-de-tele spectateurs-1731718](https://www.parismatch.com/Actu/Politique/Covid-19-Macron-suivi-par-30-8-millions-de-tele spectateurs-1731718). Acessado em: 31 março 2026.

⁴ “Salvem vidas, fiquem em casa”, lema usado pelo governo francês e replicado depois por demais comunicações públicas, assim como por personalidades e cidadãos comuns. “Coronavirus: plus que jamais, pour sauver des vies, restez chez vous”. Solidaires. 26 mars 2020. Disponível em: solidarites-sante.gouv.fr/actualites/presse/article/coronavirus-plus-que-jamais-pour-sauver-des-vies-restez-chez-vous.

⁵ “Après les beaux discours, la contre-offensive néolibérale”. Libération, Analyse, 13avril 2020. Disponível em: liberation.fr/france/2020/04/13/apres-les-beaux-discours-la-contre-offensive-neolibérale_1785092.

precarizados⁶. Na semana seguinte, a Union Syndicale Solidaires apresentava um manifesto — “Macron está em guerra, nós estamos em luta”⁷ (SOLIDAIRES, 2020) — com reivindicações na tentativa de evitar a perda de atenção da sociedade em torno das reformas nas políticas públicas em curso assim como um apoio aos trabalhadores mais afetados pelo risco sanitário.

Por sua vez, Roger Merino (2020) nos lembra que os debates em torno das consequências da pandemia do covid-19 trouxeram uma preocupação em relação ao futuro, “principalmente do [futuro do] eixo norte do hemisfério”: a mudança da hegemonia global (da Europa e América do Norte para a Ásia), do ressurgimento do Estado de bem-estar social keynesiano versus a reengenharia do capitalismo neoliberal, os riscos da implementação de um Estado autoritário mediante situações de exceção (MERINO, 2020, p. 2). Porém, para além de um futuro dito “global”, a análise que deveria ser colocada em xeque é a de uma problematização mais contextual e presente no sentido das intersecções de tensões que já eram existentes e acabaram sendo — mesmo que temporariamente — novamente invisibilizadas a favor de uma crise sanitária que ofusca os demais embates em curso. É só a partir de enfoques contextuais que as demandas de grupos étnicos racializados e excluídos (MERINO, 2020, p. 5) se tornam evidenciadas, assim como seus territórios de atuação com os dilemas e a produção de arranjos de enfrentamento que são criados por eles mesmo: os racializados e excluídos, sejam eles arranjos no sentido da luta pela continuidade da vida, seja diante da morte, mas visível a partir de uma lógica para além dos padrões dominantes que legitimam o que compõe a estatística “oficial” e o que passa a ser, publicamente, considerado subnotificado.

No Brasil, a chegada da pandemia e a expansão de seu contágio amplificou a restrição de direitos que já vinha em contínuo e escalonado processo de desmonte do já diminuto sistema de proteção social (ARAÚJO; MALLART; GAUDENZI, 2020) desde o governo Michel Temer e alargada com a entrada de Jair Bolsonaro: da aprovação da reforma trabalhista ao acirramento da “guerra ao tráfico e à criminalidade” (LEITE, 2012) ao aumento da violência policial e sua letalidade (GODOI; MALLART; CAMPELLO, 2020), afetando, sobretudo, jovens negros moradores de periferia e de favelas (GRILLO; HIRATA, 2020). Se, inicialmente, o então presidente Jair Bolsonaro insistia em declarar a covid-19 como sendo apenas uma “gripezinha” (MOUZINHO; FREIRE, 2020,

⁶ *Macron, nous sommes en guerre contre votre monde*. Mediapart. 20 mars 2020. Disponível em: blogs.mediapart.fr/baptiste-dupin/blog/200320/macron-nous-sommes-en-guerre-contre-votre-monde.

⁷ *Macron est en guerre, nous sommes en lutte*. Union Syndicale Solidaires. 26 mars 2020. Disponível em: solidaires.org/Macron-est-en-guerre-nous-sommes-en-lutte.

p. 9), ao longo de 2020, a desinformação sistemática (TELLES, 2020) partiu dos próprios poderes públicos: seja pelo encorajamento do uso de cloroquina e da aparição do presidente promovendo aglomerações, seja pela postura negacionista de seus ministros e da retaliação aos estados que incentivavam o isolamento social (SILVA, 2020).

Figura 2 – O então presidente Jair Bolsonaro, em discurso oficial sobre a defesa do uso da cloroquina (24/08/2020).



Fonte: CNN Brasil.

Na mesma linha foram o repasse de um auxílio emergencial, entre abril e dezembro de 2020, e o acesso de parte da população de baixa renda⁸. No entanto, este auxílio foi sendo dificultado e negado para migrantes demandantes de asilo em condição não regularizada. Por sua vez, refugiados e migrantes já cadastrados legalmente tiveram dificuldade de acessar o direito. Tal fato foi levado ao

⁸ “Quem são os “invisíveis”? 38 milhões de pobres sem carteira e nenhum auxílio social foram “descobertos” pelo governo na pandemia. UOL Economia. Disponível em: economia.uol.com.br/reportagens-especiais/os-invisiveis-do-auxilio-emergencial/#cover. Acessado em: 01 abril 2026.

limite⁹, em maio de 2020, com a morte de um refugiado angolano e a hospitalização de mais dois de mesma nacionalidade, na periferia de São Paulo, após terem sido esfaqueados por um brasileiro em uma discussão sobre a garantia do auxílio a não nacionais em condição regular ou em processo de regularização. Ações xenófobas como esta aumentaram a frequência após a pandemia, fato que foi denunciado pelos membros do Conselho Municipal de Imigrantes de São Paulo.

“Falaram pra mim que o auxílio era só para brasileiros. Eu não consegui, até que uma amiga da internet da minha filha falou pra gente que a gente tinha direito, sim. E aí consegui, mas isso tudo quebra o orgulho da gente”. (FÁTIMA, interlocutora de São Paulo, entrevista realizada em 12 de setembro de 2020).

Em janeiro de 2021, este auxílio federal foi cortado dramaticamente, levando milhares de brasileiros à condição de fome e penúria. Além do retorno de práticas xenófobas, abrandadas pelo próprio presidente, ao autorizar o bloqueio da entrada de migrantes na fronteira norte do país¹⁰ durante o período de agravamento da pandemia.

Em 6 de abril de 2021, o país registrava, segundo dados do Ministério da Saúde verificados pelo consórcio brasileiro formado pela imprensa, 13 milhões de infectados e 336.947 óbitos pela doença desde o início da pandemia. Somado a isso, no mesmo dia e pela primeira vez, o país superava o registro de mais de 4 mil mortes confirmadas por covid-19 nas últimas 24 horas¹¹.

II. OS ARRANJOS ENTRE AS BRECHAS DEIXADAS PELO ESTADO

Ainda referente ao Brasil, se por um lado temos o Estado, por meio do governo federal e seu controle sobre os órgãos públicos, negando, recusando e distorcendo dados tangíveis¹², essas práticas

⁹ “Angolano morre esfaqueado na Zona Leste de SP e 2 ficam feridos; imigrantes deixam suas casas em Itaquera por medo de xenofobia.” G1. Patrícia Figueiredo. 19 de maio de 2020. Disponível em: g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/19/angolano-morre-esfaqueado-na-zona-leste-de-sp-e-2-ficam-feridos-imigrantes-deixam-suas-casas-em-itaquera-por-medo-de-xenofobia.ghtml. Acessado em: 01 abril 2026.

¹⁰ Governo autoriza uso da Força Nacional para bloquear entrada de estrangeiros no Acre. Gazeta do Povo. 18 de fevereiro de 2021. Disponível em: g1.globo.com/brasil/brasil-15/noticia/2021/02/18/governo-autoriza-forca-nacional-bloquear-entrada-estrangeiros-acre.ghtml. Acessado em: 01 abril 2021.

¹¹ Brasil registra recorde de 4.195 novas mortes por covid-19 e prenuncia abril “trágico”. El País (Brasil). Felipe Betim. 06 de abril de 2021. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2021-04-06/brasil-registra-recorde-de-4195-novas-mortes-por-covid-19-e-prenuncia-abril-tragico.html. Acessado em: 06 abril 2026.

¹² Avec plus de 358000 décès, le deuxième pays le plus endeuillé au monde continue de s'enfoncer dans la crise. L'explosion de la mortalité quotidienne, due à l'émergence du variant. Libération. 14 avril 2021. Disponível em: [liberation.fr/international/amerique/bresil-un-effondrement-sanitaire-sans-precedent-20210414_UQN73JYMHNAX7JWBSLCLYNWMZU](https://www.liberation.fr/international/amerique/bresil-un-effondrement-sanitaire-sans-precedent-20210414_UQN73JYMHNAX7JWBSLCLYNWMZU). Acessado em: 14 abril 2026.

transpõem a dimensão retórico-discursiva retroalimentando as violações em marcha de direitos básicos (ARAÚJO; MALLART; GAUDENZI, 2020). Por outro, como dissemos anteriormente sobre a necessidade de nos debruçarmos em enfoques mais contextuais, temos não “um outro lado”, mas uma forma alternativa de apreender diferentes aspectos presentes na mesma disputa pelo campo político para trazer à tona a construção de uma perspectiva de análise secundarizada, porém não menos potente. E aí não temos uma coesão plena, muito menos uma homogeneidade, mas diferentes tramas de atores cuja lógica evidencia distintas naturezas e eixos de articulação (MERINO, 2020; TELLES, 2020) que podem se entrecruzar em alguns nodos — a partir da construção e fortalecimento de narrativas comuns — ou disputar por novas e destoantes formas sobre o que é “subnotificado” ou “invisibilizado”, opondo-se aos critérios ditos oficiais de medição.

É a partir desta lógica que foi construído o consórcio de veículos de imprensa para a cobertura do covid-19 junto às secretarias de saúde estaduais, em junho de 2020¹³. Tal atuação expôs números mais elevados do que os omitidos e negligenciados, entre os critérios para óbitos e novos infectados que o Ministério da Saúde divulgava desde março.

De forma não menos distinta, esta mobilização vem sendo ativamente construída ao longo das últimas décadas também pelas comunidades periféricas e favelas, assim como pelos próprios migrantes em situação análoga ao refúgio, solicitantes de asilo e refugiados que vivem no Brasil (CHARBEL, 2019). Foi a partir do engajamento prévio destes atores que, durante a pandemia, por conta da imobilidade física e da continuidade de violências e opressões como expulsões, desalojamentos, ataques físicos e simbólicos xenófobos, restrição no acesso ao auxílio emergencial e outros dispositivos de amparo social como o Bolsa Família, que plataformas e redes de apoio baseadas em espaços online reverberaram estes agenciamentos locais e transterritórios existentes e que possuíam uma forte atuação em seus territórios e expandidos a partir da união prévia com outras lideranças.

É com esta epistemologia cooperativa (TELLES, 2020) e, principalmente pelo destaque de atores (considerados) periféricos, com seus engajamentos de resistência, que os chamados “subnotificado” e “invisibilizado” passaram a fortemente disputar o acréscimo de outras métricas que não apenas as oficiais no que é mensurável e mensurado. Campanhas em postos físicos e plataformas

¹³ Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. G1, o Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL. Disponível em: g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml. Acessado em: 05 abril 2026.

online de arrecadação de alimentos e mantimentos, visibilização em sites e canais de mídias sociais digitais criados pelos próprios moradores de favelas, ocupações não regularizadas e em constante risco de expulsões. Iniciativas como a Rádio Migrante e lideranças entre os próprios refugiados e migrantes em situação análoga ao refúgio de diferentes nacionalidades foram amplificados, denunciando uma outra narrativa sobre a seletividade e exclusão no acesso, por exemplos, a benefícios sociais e orientação imediata às comunidades locais por meio de equipes voluntárias de médicos, enfermeiras, psicólogos e advogados que foram sendo mobilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesta malha de articulações que se tornou possível colocar, em primeiro plano, a vida e também a morte destes “operadores de escala, dando ressonância aos agenciamentos locais e transterritoriais para lidar com os efeitos da pandemia. E também para contornar os efeitos nefastos da desinformação sistemática promovida pelos poderes públicos” (TELLES, 2020, p. 2).

Portanto, ignorar não apenas estes engajamentos de resistência (CASTELLS, 2013; MORENO, 2009), mas a importância de sua atuação ao apropriarem-se de diferentes recursos, inclusive os digitais, é manter no vácuo as novas formas de atuação e de agência dos próprios atores sociais, desconsiderando um meio de agir e reagir para além dos formatos convencionais. Por consequência, cabe também ao pesquisador sociologicamente arriscar-se por diferentes territórios físicos, tal qual compreender a busca de como adentrar-se nas “quebradas”, “nas periferias” e “nas curvas” igualmente existentes em territórios cujas fronteiras transpassam e sobrepõem-se em ambientes multimodais.

Desde 10 de março de 2023, quando o coronavírus seria declarado como doença de risco controlado pela OMS, três anos e meio se passaram. No entanto, algumas decisões tomadas naquela época, como a lentidão na documentação de novos demandantes de asilo e refúgio foram mantidas e alargadas. Desta vez em centros de acolhimento provisórios além-mar, como no caso da França e, no Brasil, mais fortemente expressos em centros de apoio construídos ao longo da Operação Acolhida, voltadas sobretudo aos venezuelanos na região norte do país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabio; MALLART, Fabio; GAUDENZI, Paula. “Contextualizar o desmonte é essencial”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Acervo Online, 30 de junho de 2020. Disponível em: diplomatique.org.br/contextualizar-o-desmonte-e-essencial. Acessado em: 03 abril 2026.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARBEL, Pedro Ferraracio. *Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas – alianças na precariedade*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [doi:10.11606/D.8.2019.tde-04092019-114825](https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-04092019-114825).

DIMINESCU, Dana; NICOLOSI, Guido, « Les risques et les opportunités de la migration « connectée » », *Socio-anthropologie* [En ligne], 40 | 2019, mis en ligne le 08 janvier 2020, consulté le 24 août 2026. URL : <http://journals.openedition.org/socio-anthropologie/6330> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/socio-anthropologie.6330>

FASSIN, Didier. Pensando criticamente sobre crises. Dossiê Covid-19: crises e crítica: Visões/abordagens do Sul-Global, Parte 1, Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro, p. 1-3, 2020. Disponível em: reflexpandemia.org/texto-69. Acessado em: janeiro 2026.

GARFINKEL, Harold. *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 2018.

GLICK-SCHILLER, N.; WIMMER, A. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, v. 2, n. 4, p. 301–335, 2002.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes; 1985.

GODOI, Rafael; MALLART, Fabio; CAMPELLO, Ricardo. O colapso é o ponto de partida. Rio de Janeiro: Dossiê Covid-19: crises e crítica. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p. 1-15, 2020. Disponível em: reflexpandemia.org/texto-21. Acessado em: maio 2026.

GRILLO, Carolina; HIRATA, Daniel. Operações policiais no Rio de Janeiro: da lacuna estatística ao ativismo de dados. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ed. 151, 30 e janeiro de 2020. Disponível em: diplomatique.org.br/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro-da-lacuna-estatistica-ao-ativismo-de-dados. Acessado em: maio 2026.

HIRST, Monica, MACIEL, Tadeu Morato. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. *SciELO Preprints*. 2022. Disponível em: doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771.

LETTE, Marcia. Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

MERINO, Roger. Estado de pandemia: Entre caminantes, aislados y crisis cotidianas. Dossiê Covid-19: crises e crítica: Visões/abordagens do Sul-Global, Parte 1, Rio de Janeiro: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p. 1-7, 2020. Disponível em: reflexpandemia.org/texto-70. Acessado em: outubro 2025.

MORENO, Juliana Kiyomura. Do navio Kasato Maru ao porto digital: as identificações e a identidade comunicativa expressas em blogs de Dekasseguis. 2009. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: [10.11606/D.27.2009.tde-21102010-094216](https://doi.org/10.11606/D.27.2009.tde-21102010-094216).

MOUZINHO, Glaucia; FREIRE, Jussara. Da “gripezinha” ao “nous sommes en guerre”: Efeitos contrastantes de um vírus na França e no Brasil. Dossiê Covid-19: crises e crítica. Rio de Janeiro: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p. 1-15, 2020. Disponível em: reflexpandemia.org/texto-17. Acessado em: dezembro 2025.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIGRA). JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, outubro 2023.

SASSEN, Saskia. Expulsions. Harvard University Press, 2014.

SILVA, Edilson. Subnotificação ou supernotificação? Mídia, produção de verdades e politização da Covid-19 no Brasil. Dossiê Covid-19: crises e crítica. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, p. 1-16, 2020. Disponível em: reflexpandemia.org/texto-61. Acessado em: outubro 2025.

TELLES, Vera da Silva e Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. Dossiê Covid-19: crises e crítica. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, p. 1-13, 2020. Disponível em: reflexpandemia.org/texto-59. Acessado em: junho 2026.

VALLUY, Jérôme. Rejet des exilés: le grand retournement du droit de l’asile. Broissieux: Éditions du croquant, 2009.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES-PROEX e CAPES-PrInt, edital n. 41/2017).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara não haver conflitos de interesse.

ESTE ARTIGO NÃO FEZ USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Este artigo não fez uso de IA

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA DO PAPER:

Doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (PPGS/FFLCH/USP), em sistema de cotutela (2019-2025) pela Université Paris 8 Vincennes-Saint Denis, França.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.